

O título deste livro parecerá a muitos uma declaração aberta de pessimismo sobre o futuro do trabalho na América Latina. Não foi essa a nossa intenção ao adotá-lo; antes que nada, ele pretende destacar o grande desafio que temos à frente no alvorecer do próximo milênio.

Os anos 90 têm se apresentado como uma década de grandes transformações para a maioria dos países da região. Após um longo período de políticas nacionais voltadas para o mercado interno, novas diretrizes de desenvolvimento, orientadas para a inserção externa, passaram a ser implementadas. Seus efeitos têm sido diversos, apesar de produzirem um movimento comum de desarticulação de uma base de trabalho assalariado que, para a maioria dos países, jamais se apresentou de maneira dominante em suas estruturas ocupacionais. Assim, uma grande pergunta desafia o futuro: qual a natureza das transformações por que passam as estruturas sócio-econômicas nacionais e que horizontes elas descortinam numa avaliação prospectiva?

Os ensaios reunidos neste livro – uma seleção de trabalhos, nesse tema, apresentados durante o II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho – documentam essas novas tendências e desenharam um quadro pouco favorável no que concerne à situação ocupacional nos países analisados. Eles ilustram, com riqueza de detalhes, os processos de fragmentação, privatização e individualização das relações de trabalho, que estão na raiz dos duros tempos que se abrem para os trabalhadores na América Latina.

ISBN 85-87161-02-4

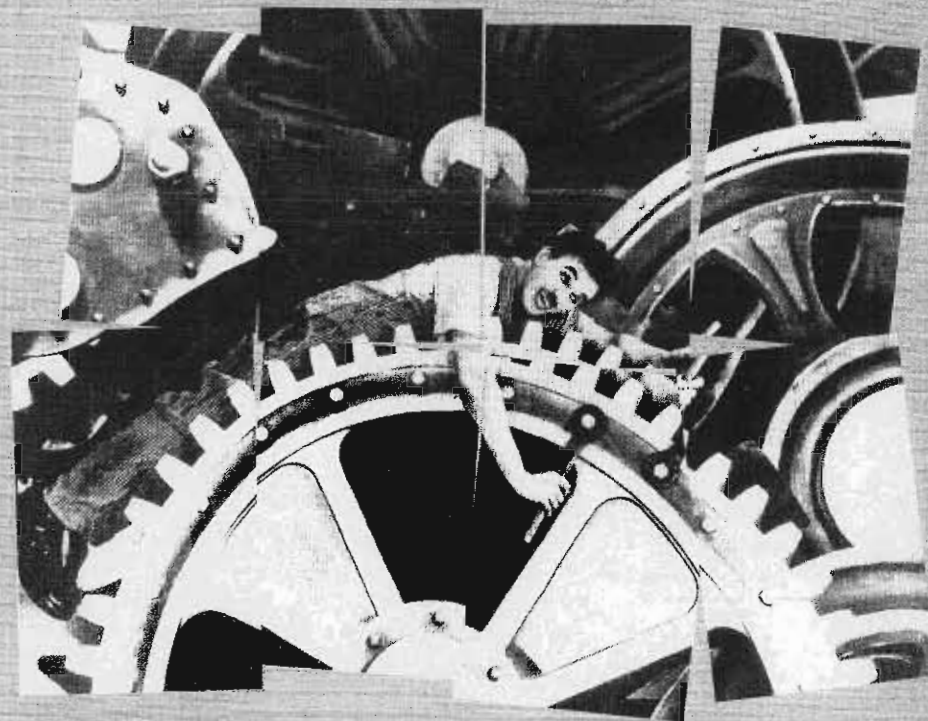


9 788587 161024

A OCUPAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: TEMPOS MAIS DUROS

ALAST

A OCUPAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: TEMPOS MAIS DUROS



Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho

Nadya A. Castro e
Claudio S. Bedecca

ALAST

Série II Congresso Latino-americano
de Sociologia do Trabalho

**A OCUPAÇÃO NA
AMÉRICA LATINA:
TEMPOS MAIS
DUROS**

Organizadores
Nadya A. Castro
Claudio S. Dedecca

ALAST
Associação Latino-americana
de Sociologia do Trabalho

São Paulo - Rio de Janeiro
1998

ALAST - Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho

Diretoria

Presidente: Alice Rangel de Paiva Abreu (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Secretária: Magda de Almeida Neves (Universidade Federal de Minas Gerais)
Tesoureira: Leda Girahy (Universidade de Campinas)

Comissão de Programação Científica do II Congresso da ALAST

Alice Rangel de Paiva Abreu, Christiane Girard Ferreira Nunes, Edna Castro,
Lais Abramo, Magda de Almeida Neves, Marcia P Leite, Maria Célia Paoli,
Nadya A. Castro e Sônia Lorangeira

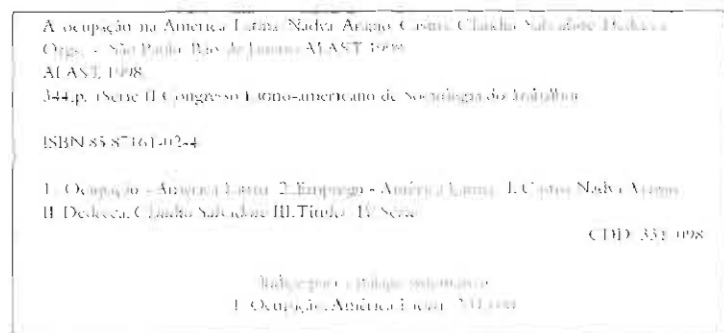
Comissão Organizadora Local do II Congresso da ALAST

Angela Maria Carneiro Araújo, Claudio S. Dedecca, Leda Girahy,
Marcia P Leite e Roque da Silva

Comissão Organizadora da Série

Alice Rangel de Paiva Abreu, Marcia P Leite, Nadya A. Castro e Roque da Silva

Publicação



IMPRESA OFICIAL

Índice

	Apresentação	v
	Colaboradores	vi
1	Flexibilidade e precarização: tempos mais duros <i>Nadya A. Castro e Claudio S. Dedecca</i>	9
2	Abertura econômica e absorção de mão-de-obra no Brasil <i>Paulo Eduardo de Andrade Baltar</i>	19
3	La modernización económica en México <i>Enrique de la Garza Toledo</i>	31
4	Competitividade do subdesenvolvimento e flexibilidade do trabalho no norte do México <i>Jaimé Marques-Pereira</i>	55
5	Trabajo y trabajadores por cuenta propia: ¿Marginalizados de la teoría sociológica de mercado de trabajo y de movimientos sociales? <i>Ludger Pries</i>	83
6	Neoformalidad e identidades laborales en Centro América <i>Juan Pablo Pérez Sáinz</i>	107
7	Cambios en la regulación estatal del comercio y la reestructuración de la industria local: el caso de la manufactura del vestido en El Paso del Norte <i>David Spencer</i>	137
8	Os impactos sociais da terceirização industrial no Rio de Janeiro: um estudo de caso no setor de telecomunicações <i>Alice Rangel de Paiva Abreu, Bila Soy e José Ricardo Ramalho</i>	155
9	O trabalho flexível na indústria calçadista <i>Valmíria Carolina Piccinini</i>	189

10	Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho <i>Jacob Carlos Lima</i>	211
11	Relações de gênero no trabalho bancário no Brasil <i>Liliana Rolfsen Petrilli Segnim</i>	231
12	Nuevas tendencias en las empresas y en el mercado de trabajo rural mexicano <i>Sara Ma. Lara Flores e Hubert Carton de Grammont</i>	245
13	Exclusión laboral: dilemas vitales y retos analíticos Algunas reflexiones sobre el impacto del desempleo en la vida doméstica <i>Mercedes González de la Rocha</i>	263
14	Modalidades y perfiles del trabajo infantil en seis centros urbanos de la Argentina <i>Alicia Lezcano</i>	299
	Bibliografia	333

Apresentação

Esta série de três volumes temáticos traz à luz uma seleção de comunicações apresentadas no II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho, realizado em dezembro de 1996 em Águas de Lindóia, São Paulo. O Congresso teve como eixo central a discussão sobre o mundo do trabalho no contexto da globalização, congregando mais de trezentos pesquisadores da América Latina, Estados Unidos e Europa e mostrando a sintonia existente entre os pesquisadores e sociólogos do trabalho latino-americanos e as profundas transformações que vêm se produzindo no âmbito do trabalho. O II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho expressou a capacidade da produção sociológica latino-americana atual de captar essas transformações, mostrando o vigor, a riqueza e a atualidade de suas preocupações, que levantam as questões centrais da disciplina hoje.

Graças ao apoio da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, através de seu secretário Walter Barcelli, e da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, através do seu secretário Nassim Mehedff, está sendo possível divulgar, para um público mais amplo, parte da produção apresentada no Congresso.

A Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho agradece estes inestimáveis apoios e expressa sua satisfação em poder partilhar com a comunidade de estudiosos do trabalho esta coleção, que difunde resultados de pesquisa que certamente estão entre o que há de melhor na atual Sociologia do Trabalho latino-americana.

Alicé Rangel de Paiva Abreu
Presidente da ALAST

Comissão Organizadora da Série:

Alicé Rangel de Paiva Abreu
Marcia de P. Leite
Nadya A. Castro
Roque da Silva

12

Nuevas Tendencias en las Empresas y en el Mercado de Trabajo Rural Mexicano

Sara Ma. Lara Flores
Hubert Carton de Grammont

Las funciones que actualmente cumple la agricultura a nivel mundial, y el papel de las transnacionales en el nuevo orden internacional marcan un nuevo periodo en la historia del desarrollo agrícola capitalista. Dicho periodo se caracteriza por una crisis de larga duración, la cual ha conducido a una gran concentración de capital y a una fuerte reestructuración productiva del sector, dando origen a una agricultura flexible.

En este artículo estudiaremos cuáles son las principales características de esa nueva agricultura flexible, destacando el caso mexicano pero sin perder de vista la existencia de fenómenos generales para el conjunto de la agricultura latinoamericana. Primero damos un panorama de la concentración de capital en la agricultura mexicana, luego analizaremos las principales características de la reestructuración productiva para, finalmente, subrayar las nuevas condiciones del empleo.

Concentración de la producción en las grandes empresas agroexportadoras

Un elemento clave explica la actual situación del agro: la enorme concentración de la producción comercial, en particular para la exportación, en manos de un pequeño grupo de empresas. Las más grandes empresas tienen dos características que las diferencian de todas las demás: *a)* forman parte de complejas redes económicas cuyo centro se ubica en el capital financiero, *b)* y sus intereses económicos no se limitan al ámbito nacional sino que se vinculan

estrechamente al capital agroindustrial y financiero estadounidense. De esa manera, su lógica empresarial rebasa ampliamente el marco de las fronteras nacionales para ubicarse en el nivel internacional, lo cual explica por qué los dueños de esas grandes empresas apoyaron incondicionalmente la firma del tratado de Libre Comercio. Esta concentración puede constatare en tres planos: el acceso a la tierra, al mercado y al crédito.

La tierra

Después de dos sexenios de apertura comercial y neoliberalismo, las estadísticas nacionales muestran que existe una enorme polarización en la estructura agraria mexicana dominada por las grandes empresas agroexportadoras. Las empresas de más de 1 000 ha representan el 0.28% (12 487) de las empresas de producción censadas pero cubren el 44% (48 010 873 ha) de la superficie total. En el otro extremo, el 59% (2 620 399) de las unidades tienen menos de 5 ha (su promedio nacional es de 2.12 ha.) y cubren sólo el 5% (5 574 769 ha.) de la superficie agropecuaria-forestal nacional. Por ejemplo, nuestros datos de campo nos indican que las grandes empresas hortícolas cultivan más de 1 000 ha de legumbres, sea en una sola región o en diferentes partes del país.

El mercado

Esta polarización se refleja en el destino de la producción. En el sector agrícola el 45.9% (1 757 611) de las unidades productivas reportan que producen sólo para el autoconsumo familiar, el 43.4% (1 663 308) además del autoconsumo venden su producción en el mercado local o nacional, y sólo el 0.3% (11 744) de las unidades reportan que vendían en el mercado nacional y/o exportan su producción. Sin embargo, si no incluimos los estados productores de café, en donde encontramos esencialmente minifundistas que pueden declarar que se exporta su producción, quedan solamente 3 451 empresas que exportan parte o toda su producción, es decir el 0.09% del total de unidades de producción agropecuaria-forestal del país. Para el sector hortofrutícola y de las flores

El autor agradece al presidente del Consejo Nacional Agrario el proporcionar un censo de empresas hortícolas que cubren los estados de Baja California, Baja California Sur, Jalisco, Michoacán y Nayarit.

de exportación, nuestros datos de campo nos indican que no existe más de un centenar de enormes empresas capaces de ubicarse con éxito en el mercado internacional. Estas empresas agroexportadoras se ubican en los estados de Baja California, Jalisco, Estado de México, Michoacán, Nayarit, Sinaloa, Sonora y Tlaxcala.

El crédito

Sólo el 11% de las empresas agropecuarias mexicanas reciben algún crédito bancario. Obviamente, la tendencia es que una mayor proporción de las grandes empresas reciben crédito en comparación con las pequeñas, pero aun así asombra la cantidad de empresas grandes que no reciben ningún tipo de financiamiento, ni de la Banca, ni del sector agroindustrial o comercial. Sólo el 31.6% de las empresas con más de 100 ha reciben financiamiento. Sabemos las condiciones leoninas en que se presta el dinero, y tal parece que llegamos al absurdo de constatar que las empresas que sobreviven son las que se autofinancian, a cost de reducir su actividad, o aquellas pocas cuya producción logra tener un importante valor agregado. Nuestros datos de campo nos indican que todas las grandes empresas hortícolas tienen acceso al financiamiento bancario, tanto de la banca mexicana, como de la estadounidense, pero también han diversificado sus fuentes de financiamiento. A reserva de precisar ese problema, podemos adelantar que ese sector casi monopoliza el crédito bancario otorgado al campo mexicano.

Reestructuración productiva

El eje de esta reestructuración está dado por una estructura del mercado de productos caracterizada actualmente por una importante segmentación, resultado del nuevo orden internacional y de las nuevas funciones de la agricultura. De un lado, se mantiene la demanda de alimentos de consumo interno y de materias primas para la industria nacional o para las transnacionales dedicadas al procesamiento de productos, y de otro se genera una demanda de productos nuevos, diferenciados, sanos y de gran calidad. En respuesta a esos problemas, se desarrollan modernas tecnologías que se inscriben en la

Esta nueva demanda es el resultado de la presión que ejerce un grupo de consumidores y organizaciones no gubernamentales preocupadas por el medio ambiente y la salud pública en el producto de la operación de los transnacionales de la agricultura, procesamiento, distribución y consumo.

nueva lógica del sector agropecuario, concebido como un sector que no sólo debe interesarse en elevar la productividad, como sucedió en décadas pasadas, sino en contemplar la diversidad, la conservación del medio ambiente y de la salud (Byé y Fonte, 1994).

Para algunos autores, la biotecnología constituye la mejor alternativa a estas necesidades y representa el "nuevo paradigma tecnológico", capaz de constituir "un puente entre un modo de acumulación o de regulación y otro, característico de la nueva sociedad posfordista" (Junne, 1992:154).

El planteamiento es que las limitaciones específicas de la agricultura para hacer frente a los nuevos problemas tenderán a ser resueltas mediante la sustitución de elementos mecánicos por elementos biológicos o químicos (Byé y Fonte, 1994). Para esos autores, la biotecnología aparece como el elemento de ruptura con los viejos sistemas fordistas de producción agrícola, y se muestra equiparable a las tecnologías industriales basadas en la microelectrónica y en la informática, al punto de que se habla de una "bio-revolución", capaz de generar una verdadera reestructuración del sector. Las posiciones más radicales otorgan a la biotecnología y a la ingeniería genética la capacidad de producir "una tercera revolución científico-técnica" en la agricultura (Massieu, 1995).

Conforme a esta argumentación, los problemas a resolver por las empresas son prácticamente los mismos, independientemente de la situación local, por lo que éstas tienden a encontrar "la mejor solución", que en este caso sería la biotecnología. De la misma manera que para la industria, algunos autores apuntalan las potencialidades de las nuevas tecnologías y les otorgan la capacidad de generar, por sí mismas, un nuevo modelo de acumulación.⁴

Indudablemente, la reconversión productiva de la agricultura incluye los avances logrados en materia de biotecnología y biogenética, sobre todo para ajustar la producción a los distintos tipos de demanda, masiva y selecta, que hoy se presentan en el mercado internacional.⁵ Sin embargo, no sólo sigue un camino, puesto que las medidas que ponen en marcha las empresas para lograr mayor competitividad en el mercado son sumamente versátiles; no responden únicamente a una elección racional de los elementos que les permiten optimizar mejor sus recursos, sino al entramado de estructuras globales y locales que las presiona y condiciona (De la Garza, 1996:121).

4. Véase el debate sobre el rol de la biotecnología en el sector agropecuario en el artículo de Carrou de Grammont (1997) y el artículo de Lora Flores (1997).
5. Véase C. Amador (1997) sobre la capacidad de ajuste en el sector agropecuario, y el artículo de Lora Flores (1997) sobre la capacidad de ajuste en el sector agropecuario. Véase también el artículo de Lora Flores (1997) sobre la capacidad de ajuste en el sector agropecuario.

En el caso de América Latina, por ejemplo, Laura Reynolds (1994) plantea que la crisis de la deuda es central para analizar los elementos que han llevado hacia la reestructuración de los países de esta región, situación que no se presenta en el caso de los países desarrollados. Encuentra que las instituciones financieras de carácter internacional presionan a los Estados a reconformar básicamente el sector de la agricultura de exportación, y a responder a esas presiones de acuerdo con la política económica interna.

En México, la reestructuración de la agricultura se lleva a cabo en el marco de una política neoliberal centrada en tres objetivos:

- 1) fomentar la exportación de productos no-tradicionales, como flores, frutas y hortalizas;
- 2) impulsar la capitalización de la rama, mediante una serie de medidas que atraigan el capital extranjero, sirviendo de "arrastre" a la inversión nacional;
- 3) impulsar la competitividad internacional y complementar la oferta interna de bienes alimenticios importados del exterior.

En este contexto, se ha generado una importante reactivación de la producción de cultivos "no tradicionales",⁶ bajo una lógica de "ventajas comparativas" que considera más rentable producir flores, frutas y hortalizas, y comprar granos básicos y maíz.

Los mecanismos que se han instrumentado para lograr estos objetivos suponen el retiro del Estado de la gestión productiva y la restricción del gasto público, la apertura comercial, así como la liberalización del mercado de tierras mediante una reforma a la legislación agraria (Artículo 27 constitucional).

No obstante, y a pesar de las expectativas que se tienen con respecto a los cambios que se darían en el sector al ponerse en marcha esta "política neoliberal agroexportadora", la reestructuración de la agricultura mexicana ha seguido caminos peculiares, ya que la situación de sus empresas no es la misma que la de sus competidores en los países desarrollados. Las estrategias empresariales son sumamente versátiles y se ajustan a las condiciones políticas, sociales, económicas, culturales y ecológicas de cada lugar (Long, 1996), de tal manera

6. Véase el artículo de Lora Flores (1997) sobre la capacidad de ajuste en el sector agropecuario, y el artículo de Lora Flores (1997) sobre la capacidad de ajuste en el sector agropecuario. Véase también el artículo de Lora Flores (1997) sobre la capacidad de ajuste en el sector agropecuario.

que si bien han integrado importantes innovaciones de carácter tecnológico, las empresas mexicanas no basan su competitividad únicamente en el factor tecnológico.

Byé y Fonte (1994) plantean que los productores hacen un balance de las ventajas que les reporta cualquier cambio técnico u organizativo, a partir de dos elementos que han analizado: la inercia y la irreversibilidad.⁷ Muchos cambios técnicos corresponden a un mejoramiento del modelo tecnológico en vigor, por lo cual se puede modificar partes del proceso productivo sin involucrar al conjunto. En ese caso se habla de la inercia de los cambios técnicos, sin embargo, otros cambios son de una índole tal que obligan al productor a cambiar el conjunto de su tecnología y lo enfrentan a nuevos problemas difíciles de resolver: formación técnica del personal, reorganización de las formas de trabajo, rentabilización de las inversiones involucradas, etc. En ese caso se habla de irreversibilidad de los cambios porque se abandona el modelo anterior para innovar un proceso de producción totalmente diferente que no permite, en caso de dificultades, regresar a la situación anterior.⁸ La irreversibilidad se justifica cuando se logra dar un salto productivo que permite rentabilizar la inversión e incrementar la tasa de ganancia. Debido a los graves riesgos que supone meterse en una situación de irreversibilidad tecnológica, normalmente el productor intentará mantener la inercia de sus opciones técnicas, limitando, si es necesario, la modernización de su empresa. Sin embargo, las inversiones que responden inicialmente a una lógica de inercia, pueden finalmente inducir a la adopción de alguna innovación que lleve hacia una situación de irreversibilidad, y que amplíe las consecuencias del cambio técnico y organizativo de la empresa. En los países con una fuerte economía campesina y abundante mano de obra, este balance se realiza tomando en cuenta las oportunidades locales y las ventajas que ofrece la presencia de ese sector campesino, con potencial productivo, al que puede delegarse la parte de los procesos productivos más intensivos en mano de obra, a través de formas asociativas o de agricultura a contrato. De la misma manera, se puede recurrir al sector de campesinos pobres contratándolos como mano de obra temporal, para que realice con habilidad y a bajo costo numerosas tareas, garantizando así una mayor calidad del producto.

7 Aunque Byé y Fonte (1994) solo señalan estos procesos en relación con la biotecnología, consideramos que el hecho puede aplicarse al conjunto de elementos que conforman la reestructuración.

8 Por ejemplo, la introducción de una nueva semilla conduce eventualmente a la redefinición del uso de insumos, a la investigación para solucionar distintos problemas (adaptación de la semilla al ambiente local, el problema de los residuos tóxicos y a reorientar los liberos culturales).

De esta manera, la reestructuración⁹ no necesariamente ha significado rupturas o medidas radicales que generen situaciones de irreversibilidad, tampoco se encamina unidireccionalmente al desarrollo de una agricultura "posfordista", entendida como producción en pequeños lotes, diversificada y de gran calidad, que se produce solamente con tecnologías modernas. Más bien supone numerosas posibilidades de combinar diferentes tipos de tecnología con trabajo manual y diferentes formas de organización del trabajo que apuntan hacia una *flexibilidad productiva*, en la cual los sujetos (productores y trabajadores) intervienen dando direccionalidad a las innovaciones adoptadas.

Cinco elementos esenciales caracterizan esa flexibilidad: 1) en la agricultura mexicana encontramos una gran *diversificación productiva*, la cual supone la reorientación de una parte de la producción hacia cultivos de exportación no-tradicionales; 2) la *descentralización de las estructuras de las empresas* hacia formas de operación más flexibles; 3) una gran *movilidad de las empresas y su dispersión geográfica* por nuevas regiones del país, o en otros países del continente; 4) la incorporación de *tecnologías ahorradoras de energía y de agua*, y 5) la incorporación de *nuevas formas de organización del trabajo*, que impactan el mercado de trabajo rural, y que en ocasiones suponen la adaptación o refuncionalización de formas antiguas o tradicionales.

Diversificación productiva

En el contexto internacional, la diversificación se explica como resultado del nuevo orden internacional, y de la acción de las empresas transnacionales que buscan elevar su rentabilidad generando una demanda para los productos de exportación "no-tradicionales". También es resultado de las políticas neoliberales que promueven una agricultura basada en las ventajas comparativas. Sin embargo, la diversificación no significa solamente ampliar la gama de productos de lujo de exportación;¹⁰ para algunas empresas supone, también, mantenerse o insertarse en el mercado de productos masivos y de consumo nacional, y lograr allí un espacio de competitividad. Supone, a su

⁹ En este inciso nos referimos fundamentalmente a la reestructuración del sector agroexportador que consideramos la rama más dinámica de la agricultura mexicana en el momento actual, lo que no significa que las empresas agroforestales, pecuarias o cerealeras no estén también sujetas a este proceso cuyas características pueden ser diferentes de las que se generan en aquellas que están produciendo cultivos de exportación no-tradicionales.

¹⁰ En el capítulo sobre Sinaloa se presentan datos que muestran cómo se ha diversificado la producción de hortalizas en el país, y en este estado de la república, en particular.

en Sinaloa, San Luis Potosí, Jalisco y Baja California, todo ello a nombre de la Sociedad Impulsora Grupo Lomeli. A la vez, tienen la filial "Eco Cultivos" que produce bajo invernadero, y con alta tecnología, productos biológicos, durante ocho meses del año, y con rendimientos hasta cuatro veces mayores de los obtenidos a cielo abierto. Un caso similar es de la empresa Agrícola Bártiz, que también tiene producción de distintas variedades de tomate y de otras hortalizas en Sinaloa, Baja California sur y norte, e invernaderos para producción de tomate en hidropomía.

Un elemento novedoso de estas empresas es que también tienen campos de producción de hortalizas e invernaderos en Florida y en California, o están en asociación con productores estadounidenses. Por otra parte, han creado sus distribuidoras y empacadoras, con centros en varias partes del país, así como en Estados Unidos y Canadá. De esa manera no sólo exportan sino que introducen al país lo que han producido del otro lado de la frontera (Echánove, 1995). Para esa cúpula empresarial la línea fronteriza entre México y Estados Unidos ya no existe: tienen la capacidad de producir y movilizar sus productos en ambos lados de la frontera, reempacar en Estados Unidos lo que han producido en México, o hacer el reempaque de lo producido en Florida y en California en sus empaques mexicanos.¹²

Tecnologías ahorradoras de energía y de agua

En cuarto lugar, cabe mencionar la incorporación de tecnologías ahorradoras de energía y de agua, no sólo como respuesta a la preocupación de organismos internacionales que presionan a los productores para que hagan un uso más racional de estos recursos, sino para hacer más eficiente y rentable su aprovechamiento ya que con la privatización se vuelven más costosos.

Las gigantescas presas hidráulicas, obras extraordinarias desde el punto de vista financiero y técnico, que fueron el sostén de la agricultura masiva, hoy en día comienzan a ser cuestionadas por los efectos "de rebote" que pueden tener en caso de desastre natural.¹³ Mientras tanto, nuevas técnicas de irrigación,

12 En la fruticultura encontramos una situación similar. Por ejemplo, en 1982, 36 empresas familiares crean la Sociedad Cooperativa de Cultivadores del Litoral de Sonora que abarca unas 2 000 ha. de huertas de naranja (representa el 45% de la superficie pero el 70% de la volumen de la producción en la región). Para mejorar su comercialización en el mercado internacional la cooperativa decide asociarse con la cooperativa Sunbelt de California.

13 Dos ejemplos recientes en México lo demuestran. Primero, el ciclón que invadió el estado de Sinaloa en 1992, echó a perder la cosecha de las hortalizas y provocó el desempleo de unos 80 000 migrantes. Luego, la sequía que duró varios años por lo cual las presas se quedaron sin agua.

como el riego por goteo, permiten regar tierras inaccesibles al riego por riego, con un enorme ahorro de agua y con fuentes de abasto poco caras como son los pozos o las represas. Esta nueva tecnología de irrigación, ampliamente desarrollada en Israel desde los años sesenta, tiene como efectos colaterales disminuir los costos de producción por la aplicación de la plasticultura (retención del agua, control de las plagas y de la hierba, aplicación de fertilizante líquido con el riego) y la eliminación de la nivelación de las tierras.¹⁴ Actualmente, en algunas regiones se instrumenta un sistema subterráneo, con cintas en vez de tubería de tipo convencional. Este sistema de riego permite que el agua llegue directamente a las raíces y evita que el fruto esté en contacto con la humedad, también permite un mejor manejo de las plagas y un fácil manejo de la fertilización. También, permite incrementar los rendimientos y rescatar variedades que se habían dejado de cultivar a causa de las enfermedades.¹⁵

Por otro lado, la competencia entre empresas y países por el mercado internacional de frutas y verduras en fresco, así como el de las flores, ha llevado a desarrollar una sofisticada tecnología de agricultura bajo invernadero, sobre sustrato o de hidropomía, que ofrece ventajas tanto para los mercados masivos como para mercados selectos y que normalmente se ubican cerca de los mercados finales.

Empleo

Finalmente, debemos destacar la reorganización de las formas de trabajo para lograr mantener la competitividad de las empresas agroexportadoras. Aunque la reestructuración de este sector ha implicado una modernización de las empresas, y la incorporación de cambios tecnológicos, la competencia por parte de los propios países desarrollados en la producción de cultivos no-tradicionales, la vulnerabilidad de los mercados, la rapidez con la que se vuelven obsoletos ciertos productos, las grandes fluctuaciones de los precios, la dependencia tecnológica y el monopolio en la comercialización y distribución de estos productos por parte de las transnacionales, reducen las posibilidades de competir y de hacer rentable la incorporación de tecnologías demasiado costosas o mal adaptadas a las condiciones tecnológicas de los países subdesarrollados. De esta

14 La nivelación de los terrenos es una de las tareas más delicadas y costosas de la tecnología del riego por goteo. La tecnología más sofisticada de nivelación consiste en equipar el nascabo con un rayo láser para asegurar una perfecta inclinación de las tierras.

15 *Hortalizas, frutas y flores*, número 38, 30 de junio de 1992.

manera encontramos que, en México, las empresas no apuestan su competitividad en el mercado internacional a la incorporación de tecnologías caras y sofisticadas. La estrategia hasta ahora consiste, más bien, en incorporar una innovación que ofrezca ventajas adicionales a las que se obtienen basándose en las bondades del clima, en el uso no racional de los recursos naturales pero, sobre todo, en el empleo de una fuerza de trabajo que sigue siendo abundante y barata en nuestros países.¹⁷ La presencia de diferentes tipos de trabajadores capaces de cumplir variadas funciones a lo largo de los ciclos productivos, tanto en el campo como en los empaques o enlatadoras, permite a las empresas establecer formas flexibles de organización del trabajo que aseguran calidad y permiten una gran adaptabilidad a los ritmos del mercado, limitando el riesgo que representan para las empresas las inversiones en capital de riesgo.

El balance entre inercia e irreversibilidad, al que forzosamente tiene que llegarse al incorporar una nueva tecnología, se resuelve mediante una organización del trabajo que tiende a lograr la máxima eficiencia de las técnicas. Es decir se busca resolver los problemas que genera la inercia de una tecnología vieja, incapaz de hacer frente a los retos de la nueva demanda, a través de una organización del trabajo que amortigüe los efectos indeseables. Así, no solo se hace uso de las formas precarias del trabajo en términos contractuales, que suponen variabilidad de horarios y eventualidad en el empleo, o en términos salariales, que se traduce en formas de pago a destajo, por tarea o por producto, propias de las formas de organización de tipo taylorista-fordista, se instrumentan, a la vez, formas de organización flexible del trabajo, que suponen exigencias de calificación, especialización e implicación para los trabajadores, organización en equipos o círculos de trabajo, estímulos a la productividad, y otras formas propias de los nuevos modelos productivos aplicados en la industria (Lara, 1995).

Las modalidades de organización del trabajo en las empresas agroexportadoras, aun en las más modernas, incorporan lo nuevo sobre lo viejo, y hacen que lo más moderno integre elementos de la lógica campesina y formas de organización fordistas. De tal manera que lo que se consideró como un obstáculo para la modernización de la agricultura al aplicarse los métodos fordistas (la presencia de una numerosa población campesina y la supervivencia del trabajo manual en el campo), hoy en día puede verse como una ventaja ya que la combinación de métodos de producción modernos con formas de producción artesanales permite una gran flexibilidad productiva.

Sin embargo, la reestructuración productiva de la agricultura mexicana ha tenido efectos diferentes sobre el uso de la fuerza de trabajo. En algunos casos se traduce en la aparición de nuevos puestos y en otros en su desaparición como resultado de la introducción de ciertas tecnologías. Por ejemplo, las innovaciones mecánicas que suponen la introducción de atomizadores, cajones "bins", autoelevadores, tijeras neumáticas, etcétera, en la producción de frutas, pueden reemplazar fuerza física por mano de obra calificada. La mayoría de las veces se trata de hombres a los que se les otorga cierto estatus y garantías en las empresas. Otras innovaciones químicas, agronómicas o biológicas, pueden incrementar, disminuir o mantener el nivel de empleo, así como exigir una mayor calificación de la mano de obra, o al revés, pueden provocar un movimiento de descalificación.¹⁸

Aunque aun no se puede hablar de un patrón particular de empleo asociado al uso de estas nuevas tecnologías, lo que sí podemos decir es que se presenta una tendencia a la feminización de la fuerza de trabajo, sobre todo en las fases post-cosecha y en aquellas que garantizan la calidad de los productos de "mecho" o selectos.

En Estados Unidos, en Europa y en Japón se desarrollan tecnologías que permiten mecanizar al máximo estas tareas, pero en México, como en varios países de América Latina, ha habido una tendencia, desde hace décadas, a contratar básicamente mano de obra femenina para el empaque y acondicionamiento de productos.¹⁹ Las mujeres ordenan los ramos de flores según tamaño del tallo, punto de apertura del botón, colores, etcétera; acomodan en sus cajas, de una manera estrictamente normativizada, tomates, manzanas, duraznos y otros productos, envolviéndolos en papeles especiales y colocándoles las etiquetas de la empresa; "maquillan" los productos, dándoles el acabado final. En resumen, son las responsables de la estética de los productos, en la que se apoya, de más en más, la competitividad de las empresas, como si se tratara de perfumes o de mascaradas de seda.

Varios estudios confirman la importante participación de la mano de obra femenina en las fases post-cosecha de los cultivos de exportación no tradicionales (Lara, 1995).

Hoy en día, en la agricultura orientada a cubrir nichos de mercado muy selectos es indispensable una organización del trabajo que permita lograr una producción de alta calidad, que se adapte a las necesidades del mercado no sólo

17. En el futuro, el uso de métodos de selección de variedades de cultivos, como el cultivo de plantas en invernadero, la selección genética, las técnicas de cultivo en campo, etc., pueden permitir la incorporación de nuevas variedades de plantas que permitan el uso de pesticidas más selectivos y menos dañinos para el medio ambiente.

18. Una evidencia de los cambios en estos puestos laborales en México es el hecho de que el número de personas que trabajan en el sector agrícola en México disminuyó de 1.9 millones en 1970 a 1.5 millones en 1995.

19. Véase, por ejemplo, el estudio de Lara (1995).

en términos de variedades sino de tiempos. En varios países latinoamericanos, los empleadores señalan que esta capacidad la desarrollan más fácilmente las mujeres que los hombres; en particular las mujeres jóvenes, para quienes el trabajo en el sector agroexportador constituye, casi siempre, su primera experiencia laboral.¹⁹

Es el caso de la producción de flores, en donde las mujeres se hacen cargo de la mayor parte de las tareas de invernadero y empaque, en las que descansa la calidad de los productos. A nivel mundial, indudablemente destaca Colombia, como el segundo país exportador, después de Holanda. Se calcula que en 1990 este sector había dado empleo a no menos de 85 000 personas, de las cuales el 70% eran mujeres (Arango, 1985). En el caso de México, a pesar de que se trata de un sector aún pequeño (400 hectáreas), cabe destacar su dinamismo, ya que el 95% de esta producción se destina a la exportación, principalmente hacia Estados Unidos. Se calcula que en estas 400 hectáreas se había dado empleo, durante todo el año, a más de 7 000 personas, de las cuales entre el 70% y el 80% son mujeres. Ellas participan tanto en la producción, dentro de los invernaderos, como en el empaque y clasificación de flores (Lara, 1994; Lara y Becerril, 1994). Según Waters y Salamea (1995), en Ecuador la producción de flores ha crecido notablemente en la última década, junto con otros cultivos no tradicionales como verduras y frutas frescas, cuyas exportaciones se duplicaron entre 1986 y 1989, y aumentaron más de cuatro veces entre 1985 y 1990, incrementándose con ellas el empleo femenino. Se confirma esta tendencia en la producción de brócoli y coliflor en México, y de espárragos en México y Perú, cultivos muy dinámicos que se cultivan para exportarse en fresco, congelados y procesados (Marañón, 1996).

Algunos autores han hecho hincapié en las ventajas que ofrece esta mano de obra porque es barata. Sin embargo, no sólo es su costo lo que puede explicar por qué existe una preferencia para la contratación de mujeres en estos cultivos, en México y en los países latinoamericanos. Es también porque se trata de una mano de obra que, además de ofrecer una gran flexibilidad cuantitativa (que se traduce en trabajo temporal, horarios discontinuos, salarios por tarea o a la pieza), ofrece una ventaja adicional a las empresas, que consiste en una gran flexibilidad cualitativa.

19 Según el estudio de Blum y Suárez (1995) de 35 mujeres empaquetadoras que laboraban en los empacques de aguacate, 25 de ellas estaban en el rango de edad de 16 a 25 años. En el caso de los empacques de mango el 44.4% de las mujeres tenían menos de 19 años de edad; la mayoría ingresó su trabajo cuando aún eran niñas antes de los 16 años de edad. La investigación de Ojeda Becerril (1995) en el Estado de México, detectó que la incorporación de las mujeres a la producción de flores de corte para exportación es aún mayor. Véase la discusión en *Intercambio* y capítulos anteriores sobre los nuevos modelos productivos.

Se trata de una mano de obra capaz de pasar por todas las fases de la cadena productiva desempeñando actividades con características diversas, y con disponibilidad para capacitarse en tareas que requieren de una calificación, así como para lograr cierta "implicación" y colaboración para adaptar las tecnologías modernas a las diversas necesidades de las empresas. Como se trata de jovencitas, la mayoría de ellas solteras, sin más alternativas de empleo local pero con un nivel de escolaridad relativamente alto (al menos primaria completa y a veces estudios de secundaria y bachillerato) que les sirve de base para adquirir una calificación, las empresas pueden mantener más bajos los salarios que si contrataran solamente hombres adultos con alguna calificación, o si mantuvieran un "staff" de técnicos e ingenieros, como sucede en los países desarrollados (Lara, 1995).

Esta estrategia genera un mercado de trabajo segmentado sexualmente, que tiene como base el desconocimiento de la calificación que adquieren las mujeres en las empresas, participando cada ciclo, aun si son ellas las que garantizan la calidad de los productos. Esta segmentación se traduce en que el tipo de puestos al que acceden las mujeres siempre son los más mestables, y con remuneraciones que no contemplan su nivel de calificación.

Por otro lado, cabe señalar que gran parte de los procesos de productivos siguen desempeñándose con tecnologías atrasadas y sistemas de trabajo en cadena, a un ritmo que está marcado por los tiempos del mercado. De tal manera que, al lado de una producción sofisticada, que integra métodos y tecnologías modernas, se encuentran procesos de producción de tipo artesanal, tecnologías atrasadas y un uso intensivo de mano de obra, sometida a diferentes formas de discriminación o "minorización"²⁰ que se traducen en las formas de empleo precario.

Aun si en algunos casos se comienzan a desarrollar otras formas de empleo, como los equipos de trabajo especializados que pueden contratarse para desempeñar tareas específicas y con mejores remuneraciones, sigue prevaleciendo el empleo no-calificado, de trabajadores contratados en condiciones de extrema

20 El concepto de minorización ha sido utilizado por Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein (1988) para dar cuenta de cómo la edad, la raza o el sexo biológico se convierten en estigmas de alteridad que suponen jerarquía y desigualdad entre los trabajadores. Los ejemplos de esta situación para América Latina son múltiples: en Brasil, tanto en la producción de caña de azúcar (Silva, 1995; Bata-Ferreira, 1995) como en la de caña de Centro (Cortés, 1995), el trabajo de negro sigue garantizando las labores más penosas de recolección y las mujeres se encargan del procesamiento. En Argentina (Bendini, et al., 1995) y en Chile (Varegas Vidales y Brown, 1995) las mujeres y los jóvenes estudiantes intervienen en las tareas más intensivas en la producción de uva de mesa, manzana, peras y otros frutales. Mientras que en varios países de Centroamérica y en México, la población indígena, las mujeres y los niños, aseguran las cosechas de hortalizas, hortalizas, café, tabaco y otros productos agrícolas, pero son mujeres, típicamente las que se encuentran en los empacques (Lara, 1992, 1995).

precarización. Por ejemplo, para el corte de la uva de mesa de exportación, en México, compiten ahora las cuadrillas especializadas de "pochos" (personal por lo regular de origen mexicano que trabajan para empresas estadounidenses de servicios para cortar un campo determinado) junto con los migrantes indígenas que llegan a Sonora, procedentes de varios estados de la república.

De esta manera, puede decirse que la característica del mercado de trabajo en el periodo actual es que se mantiene un mercado de trabajo basado en el uso intensivo de fuerza de trabajo no-calificada, compuesta por migrantes, indígenas, mujeres, niños y otros grupos en situación de minorización, contratados básicamente para las cosechas y para otras tareas puntuales que se realizan en la producción masiva. El empleo en este mercado se basa en una flexibilidad cuantitativa (trabajo temporal, sin horarios fijos, pago por tarea o por pieza, etc.), que convive con otro sector moderno, que integra elementos de una flexibilidad moderna o cualitativa (con exigencias de calificación, polivalencia e implicación para la fuerza de trabajo) pero en donde se mantienen las condiciones de empleo precario, y una segmentación sexual de la fuerza de trabajo.

De esta manera, con la expansión del sector agro-exportador de productos no-tradicionales, se perfila un mercado de trabajo segmentado, cuya estructura se basa en la feminización, etnicización o infantilización de la fuerza de trabajo rural.

Conclusión

Resumiendo podemos decir que la reestructuración productiva de la agricultura mexicana consiste en una selección de elementos y de formas de organización diferentes, que parte de los recursos locales de más fácil acceso y bajo costo para lograr competitividad en el mercado, aun si se hace a costa de una organización del trabajo que penaliza a los trabajadores, en particular a ciertos sectores como las mujeres, los niños y los indígenas.

Indudablemente la agricultura no escapa a la incorporación de nuevos métodos de producción, y nuevas formas de organizar el trabajo, como sucede en la industria, pero las modalidades que adopta nos hace pensar que la reestructuración de las empresas agroexportadoras no apunta hacia la hegemonía de una agricultura de tipo "postfordista", que no sólo significaría la incorporación de ciertas técnicas, sino una organización del trabajo más humana y eficiente. Desde nuestro punto de vista, más bien se trata del nacimiento de una *nueva agricultura flexible*, que busca insertarse en el nuevo

orden internacional, en el cual prevalece una estructura segmentada del mercado de productos, generando formas de empleo "salvajes",²¹ por sus tintes arbitrarios y excluyentes, que a su vez producen una segmentación en el mercado de trabajo.

Cuadro 1
Participación en alguna organización productiva

Estratos por superficie (ha.)	Total de unidades de producción	Unidades de producción con asociación	% unidades con asociación/total unidades	% unidades con asociación/total unidades con asociación
Total	3 876 495	688 921	18	100
menos de 2	1 305 345	144 781	11	21
2 a 5	958 339	174 024	18	25
5 a 20	1 193 867	287 515	24	42
20 a 50	208 598	45 960	22	7
50 a 100	72 074	14 721	20	2
100 a 1000	74 397	15 828	21	2
1000 a 2500	5 712	1 527	27	0,2
más de 2500	4 731	1 647	35	0,2

Fuente: *El Campo Agrario Mexicano*, INEGI, 1994.